

O PROCESSO DE CRIAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO INSERIDAS NO ESPAÇO URBANO – O EXEMPLO DO PARQUE DA CIDADE, MUNICÍPIO DE NITERÓI - RJ

Simone Pereira Brandão¹

RESUMO:

O presente trabalho teve como objetivo central analisar o processo de criação de Unidades de Conservação inserido em espaços urbano, bem como identificar suas principais funções e usos e as relações com seu entorno.

O Parque da Cidade, município de Niterói, pertencente à Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, é regulamentado pela Lei Municipal n.º 1157/92, que define sua área e seu uso como sendo “de domínio público, destinado à proteção da fauna, flora e belezas naturais, onde é permitida a visitação pública para fins recreativos, educacionais e científicos de forma conciliada com a preservação dos ecossistemas naturais existentes”. O Parque da Cidade situa-se na arte superior do Morro da Viração, elevação costeira do Maciço Atlântico, nas coordenadas 22º54' de latitude sul e 43º02' de longitude oeste e tem como característica principal abrigar um remanescente de Mata Atlântica secundária, resguardando uma fauna característica deste ecossistema.

A metodologia utilizada para execução deste estudo consistiu na análise de informações referentes à criação de unidades de conservação inseridas em espaços urbanos. Além do embasamento teórico, foram realizadas entrevistas, através de questionários, dirigidas aos freqüentadores do Parque e aos moradores do entorno, procurando avaliar a integração sócio-espacial destes com esta Unidade de Conservação.

Os resultados obtidos mostraram que as funções de lazer, através do contato com a natureza e a apreciação da paisagem, e da prática de esportes são as mais relevantes entre os freqüentadores do Parque da Cidade. Estes resultados apontam para a necessidade de desenvolvimento de políticas públicas voltadas para o atendimento a estas funções e que visem uma interação entre a sociedade e a natureza.

¹ Monografia apresentada para conclusão do curso de Especialização em Políticas Territoriais do Estado do Rio de Janeiro – 2000. UERJ. Endereço eletrônico: sbrandao@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

A partir da década de 1970, começou a se delinear nas políticas de planejamento urbano um novo elemento, os espaços naturais. Estes, que antes eram vistos como espaços ociosos e prontos para cederem lugar a expansão urbana ou à colocação de equipamentos urbanos, vai passar, nesta década, por uma “refuncionalização”. O pensamento ecológico que até então se restringia à preservação da Amazônia ou à proteção das baleias, começa a se inserir nas políticas de planejamento das cidades brasileiras. Deste modo, no corpo dos Planos Diretores, áreas verdes, antes estruturadas como parques ou hortos, caracterizados para abrigar funções de lazer e prática de esportes, começam a ter seu valor em estado natural, sem o tratamento paisagístico e o ordenamento antes necessário.

A criação de Unidades de Conservação no meio urbano, denominadas de Florestas Urbanas, surge como um fator de reorganização territorial, visando a melhoria da qualidade de vida nos centros urbanos, como também colocar o homem em contato com a natureza em seu estado “puro”, o que vem a valorizar tais espaços, dando-lhe uma função, devido, principalmente, às amenidades apresentadas por estes espaços naturais, o que também pode ser ressaltado como valorização territorial das áreas de entorno, através da implantação de “condomínios ecológicos”. Este processo ocorre no cerne de uma nova relação de sociedade e natureza, na qual esta já não se encontra no estado puro, mas constitui-se num elemento social, humanizado, ou seja, numa segunda natureza.

O rápido processo de urbanização pelo qual o Brasil passou, em particular a Região Sudeste, levou a uma maior degradação dos espaços naturais, ocasionadas, principalmente, pela necessidade de moradia e pela expansão da rede urbana, principalmente de circulação. Neste processo, os espaços naturais foram sendo reduzidos, fragmentados e isolados, podendo ser encontrados apenas nas áreas ainda a margem do crescimento urbano ou onde já existia uma legislação que regulava a existência e conservação de determinados espaços. Estes espaços, que permaneceram à margem deste processo, “íntocados”, hoje resguardam um valor inestimável na política urbana, constituindo-se, por um lado, num enclave no meio do concreto, e por outro reflete dilemas inerentes ao processo de ocupação social dos espaços urbanos, marcados pelo conflito entre classes sociais, principalmente no entorno destas áreas verdes.

Neste sentido, é necessário considerar o processo de apropriação destes espaços pelas sociedades urbanas, através do desenvolvimento de novas funções e usos a partir da conservação destas áreas.

Para o estudo das questões relacionadas, foi escolhido o Parque da Cidade, localizado no município de Niterói, pertencente à Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, tendo por objetivo compreender a função desta Unidade de Conservação situada num espaço urbano marcado pelo processo de expansão imobiliária. Esta Unidade de Conservação traz como características principais localizar-se no cume de um maciço costeiro, resguardando um remanescente de Mata Atlântica secundária, em estado de regeneração.

ANÁLISE TEÓRICO CONCEITUAL

A RELAÇÃO SOCIEDADE E NATUREZA – A CONSTRUÇÃO DE UM OBJETO

Para analisar o processo de inserção de espaços naturais ao meio urbano, foi necessário realizar uma fundamentação teórica tendo como referencial a construção histórico-espacial da relação sociedade e natureza. Para isto, buscou-se fundamentar o processo no qual a sociedade se separa da natureza, ou seja, foi constituída a separação entre o sujeito e o objeto, visando responder que “natureza” é essa que se insere hoje no meio urbano.

Antes das revoluções técnicas do século XV, a visão que o homem tinha da natureza partia principalmente da sua vivência. O significado mais puro de natureza a relaciona como algo imutável e perfeito, sendo feita à vontade de Deus. A origem do universo, da Terra e da natureza estariam relacionadas às mãos de um “criador”, que através dos tempos, foi ordenando o mundo para o homem. A ciência era realizada para desvendar os mistérios deste criador, para acompanhar sua ordem natural e para viver em harmonia com ela. Esta idéia baseava-se, principalmente, no fato do homem não conseguir domina-la, fazendo-a interagir representativamente com as limitações de sua existência.

Essa visão do mundo dominante na Europa, como na maioria das outras civilizações, foi denominada de orgânica. Neste período, as pessoas viviam em comunidades pequenas, coesas, e vivenciavam a natureza em termos de relações orgânicas, caracterizada pela interdependência dos fenômenos espirituais e materiais e pela subordinação das necessidades individuais às da comunidade. A estrutura científica dessa visão de mundo orgânico assentava-se em duas autoridades: Aristóteles e a Igreja. Baseava-se na razão e na fé e sua principal finalidade era compreender o significado das coisas e não exercer o controle sobre elas, principalmente sobre a natureza.

Esta idéia de natureza orgânica começa a se modificar nos séculos XVI e XVII, a partir de mudanças revolucionárias na física e na astronomia, tendo como centro a Europa, sendo marcada pelo início da matematização da natureza. A Revolução Científica, como assim foi denominado este período, começou com Nicolau Copérnico, no século XVI, que se opôs à visão geocêntrica do Sistema Solar. Copérnico propôs que a Terra não era o centro do universo, sendo apenas um dos planetas que circundam um astro secundário na fronteira da galáxia; neste novo sistema, o homem deixa de ser o centro, constituindo-se na principal obra do criador. A nova visão proposta por Copérnico, vai ser confirmada mais tarde por Galileu, que ao construir o primeiro telescópio e apontá-lo para o céu, fez com que a velha cosmologia fosse superada. Além de suas realizações no campo da Astronomia, Galileu

também vai revolucionar ao iniciar na investigação científica a abordagem empírica e o uso de uma descrição matemática da natureza (estes dois aspectos tornaram-se as características dominantes de natureza no século XVII). Galileu torna os fenômenos naturais verdadeiras equações matemáticas. Era o início da distinção entre as palavras de Deus e a obra de Deus, ou seja, o fim da natureza como parte da criação divina.

Contemporâneo a Galileu, na Inglaterra, Francis Bacon formula o método empírico da ciência, através do qual, o papel do cientista seria realizar experimentos e extrair deles conclusões gerais, a serem testadas por novos procedimentos. A partir de Bacon, a ciência passa a ter como objetivo produzir conhecimentos que podem ser usados para dominar e controlar a natureza. O antigo conceito da Terra como mãe nutriente foi radicalmente transformado nos escritos de Bacon, desaparecendo por completo quando a Revolução Científica tratou de substituir a concepção orgânica de natureza pela metáfora do mundo como máquina. Este processo se completa com os estudos de Descartes e Newton, no século XVII.

Descartes, considerado o fundador da filosofia moderna, dedicou-se à construção de uma filosofia científica, na qual o papel da ciência seria o de distinguir a verdade do erro em todos os campos do saber. O ponto fundamental do método de Descartes é a dúvida. O conhecimento certo, portanto, é obtido através da intuição e da dedução. Para isto utiliza o método anaítico, que consiste em decompor o pensamento e problemas em suas partes componentes e em dispô-las em sua ordem lógica. Desenvolveu o método cartesiano, pois acreditava que a chave para compreensão do universo era a sua estrutura matemática. Baseou toda a sua concepção de natureza em dois domínios separados e independentes: o da mente e o da matéria. Para ele, o universo material era uma máquina, não havia propósito, vida ou espiritualidade na matéria. A natureza funcionava de acordo com as leis mecânicas e tudo no mundo material poderia ser explicado em função da organização e movimento de suas partes por leis matemáticas exatas. O mundo, e tudo que nele existe, passa a ser visto como um relógio.

Newton desenvolveu uma formulação matemática da concepção mecanicista da natureza, realizando uma síntese das obras de Copérnico, Kepler, Bacon, Galileu e Descartes. Apresentou um novo método científico através da combinação dos métodos de Bacon (empírico e indutivo) e de Descartes (racional e dedutivo). Ele compreendeu que a maçã era atraída para a Terra pela mesma força que atraía os planetas para o Sol. Empregou seu novo método matemático para formular as leis exatas do movimento para todos os corpos, sob a influência da força de gravidade. Os significados dessa lei residem em sua aplicação universal e na confirmação da visão cartesiana da natureza. O universo newtoniano era, de fato, um gigantesco sistema mecânico que funcionava de acordo com

leis matemáticas exatas e imutáveis. A natureza, agora, "fora finalmente apropriada pela inteligência como uma máquina projetada e construída pela mão do homem" (Casini, 1987: 85). Para ele, os elementos do mundo eram partículas materiais homogêneos que se movimentavam, nesse espaço e nesse tempo absolutos, por efeito da força de gravidade.

Os séculos XVIII e XIX serviu-se da mecânica newtoniana para explicar outros movimentos dos planetas, luas e cometas, bem como o fluxo da marés e vários outros fenômenos relacionados com a gravidade. A mecânica newtoniana da astronomia, também foi estendida para a física e para a química, tornando-se a base de todas as ciências o que explica a ênfase, dada nossa cultura, à ciência e à tecnologia.

Neste processo de desenvolvimento científico e tecnológico, o homem que antes fora "expulso do paraíso", agora se retira dele, sendo pulsado da natureza. Não ocupando mais o centro do universo, é dado a ele a propriedade pensante, embora haja a separação entre o corpo e a mente. No campo das idéias, isto vai ocorrer, principalmente através do pensamento filosófico do Humanismo, no qual o homem escapa das leis da natureza e de Deus, passando ele mesmo a fundá-las a partir de sua razão e de sua vontade". "O mundo passa a ser o único teatro da aventura humana, no qual o homem nele é autor, ator e expectador de sua história" (Almeida, 2002: 08). Assim, o homem se liberta tanto dos desígnios de Deus, como das limitações da natureza, passando a ser capaz de fundar seu próprio destino.

A partir do Humanismo e do Cientificismo, ao mesmo tempo em que o homem é separado da natureza, ele passa a dominá-la e controlá-la, impondo-lhe suas vontades. "O humanismo artificialista atribuiu ao indivíduo o papel de explorador da natureza" (Almeida, 2002: 08). A dominação e manipulação da natureza pelo homem vai se realizar via uma associação entre técnica e ciência. Constrói-se, então a separação entre sujeito e objeto. Neste processo, o homem também se descolou do tempo da natureza, o tempo geológico ou o tempo lento, descrito por Santos (1996), passando a mensurar e controlar o seu próprio tempo, criando, assim, o tempo histórico, que mostrou ser muito mais veloz, o tempo rápido, que passa a ser dominado pelo meio técnico-científico-informacional, através da mecanização do espaço.

Ao mesmo tempo em que o homem modifica o seu papel na história, a idéia de natureza também sofre transformações. A natureza dominadora da comunidade orgânica é substituída por uma natureza dominada, passível de ser usada e explorada pela sociedade humana. Esse processo de uso e exploração pela sociedade, vai substituir esta primeira natureza por uma segunda, num processo constante de dominação e produção de novos espaços. Esta dialética é expressa através dos conceitos *de natura naturans e natura*

naturata, descritos por Spinoza, no qual “o conceito de *natura naturata* representa uma realidade que não se pode conceber na idéia, nem se realizar de fato, sem as condições oferecidas pela outra realidade que o conceito de *natura naturans* representa” (Henrique, 2003: 252). A natureza deixa de ser natural, de seguir a sua própria lógica, e se torna historicizada, ou seja, se submete à lógica da racionalidade humana.

Ao analisar nas obras de Milton Santos as idéias de natureza, Henrique (2003: 252) aponta que o processo de transformação da primeira natureza numa segunda natureza “se dá pelo uso das técnicas e ferramentas como prolongamento do corpo humano”. A natureza passa a ser vista como um recurso que não podem ser entendido apenas como recursos naturais, mas sim como recursos sociais, já que a idéia de recurso perpassa um uso pela sociedade que detém as técnicas para explorá-lo. Esta natureza, enquanto recurso, passa a carregar com ela, o trabalho humano. “Com a inserção da natureza na vida social, o que antes era natural passa a ser sinônimo de social” (Henrique, 2003: 253). A natureza passa a ser caracterizada como uma força produtiva. Assim, segundo Santos (1988), os espaços naturais não mais existem, pois mesmo que num lugar não haja a presença física ou a ocupação por sociedades humanas, este já se encontra inserido numa lógica, seja ela econômica ou política; local, regional ou mundial (Henrique, 2003: 254). Neste processo, os espaços ganham características de território, a medida que a gestão dos espaços e dos recursos naturais, perpassa a gestão e o controle, que se traduzem através de relações de poder e dominação da natureza através das técnicas.

A CONSTRUÇÃO DE NOVOS TERRITÓRIOS – AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Abordar um espaço pela produção de territórios significa inserir nesse uma série de práticas, sejam elas sociais, econômicas ou políticas que visam dar um novo significado, que pode ser traduzido através de um novo ordenamento territorial, novas territorialidades, desterritorialidades e reterritorialidades, sendo sempre resultado do produto das relações sociais que sobre ele atuam.

Desta forma, a definição e delimitação deste território pode ser definida como produto da ação, ou seja, como “resultado da ação dos atores signatários”, isto é dos atores dominantes que a partir de suas ações dão ao espaço a forma de territórios (Raffestin, 1993:143).

O conceito de território seria assim definido “a partir das relações de poder” (Souza, 1995: 78), podendo ser entendido através da forma pela qual o poder se exercita em determinado espaço, sendo organizado a partir das forças impostas pelos agentes que o controlam através de relações de domínio e dominação.

Neste aspecto, as Unidades de Conservação inseridas no espaço urbano, vão se caracterizar como novos territórios, ou seja, espaços demarcados onde há o controle das ações que se sobrepõem nele, demandando novas funções e usos de acordo com as vontades de quem o controla.

Assim, ao analisarmos estes espaços a partir dos atributos naturais que ainda resguardam dentro de uma lógica de inserção da natureza na sociedade, cujo produto tem sido a criação de uma segunda natureza, e a crescente importância destes espaços no cenário urbano, caberá aos agentes organizadores do espaço urbano definir as formas de ordenamento territorial destes espaços, delimitando-os e impregnando-os de novos significados, usos e funções.

Observar as Unidades de Conservação a partir das funções que irá desempenhar no espaço urbano, pressupõe uma organização deste espaço a partir do estabelecimento de regras que tem como objetivo o seu controle. Neste sentido, a função é entendida por Corrêa (2003: 76) como “uma tarefa, atividade ou papel a ser desempenhado pelo objeto criado” e, segundo este mesmo autor, a função só existe sobre a forma, que constitui-se no “aspecto visível, exterior de um objeto, referindo-se ainda ao arranjo deles, que passam a constituir um padrão espacial.

Deste modo, a criação de Unidades de Conservação inseridas no espaço urbano visam dar uma nova forma a estes espaços, considerando as diferentes relações de sociedade e natureza, através do estabelecimento de suas funções. À medida que, forma e função se intrelaçam e organizam este espaço, ele constitui-se num território, pois é o resultado da interação dos diferentes agentes que produzim o espaço urbano e nele imprimem seus interesses e necessidades, expressas, muitas vezes, no Plano Diretor municipal, principal instrumento de ordenamento da política urbana.

A INSERÇÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO ORDENAMENTO TERRITORIAL – O CASO DO PARQUE DA CIDADE, MUNICÍPIO DE NITERÓI

O PLANO DIRETOR E A CRIAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

A inserção das Unidades de Conservação na política de ordenamento urbano é recente, sendo marcada pela obrigatoriedade de elaboração dos Planos Diretores municipais.

A Constituição Federal de 1988, passou para a esfera dos municípios a competência legal para o planejamento urbano, o controle e a gestão ambiental, servindo de base para a elaboração dos Planos Diretores e de toda uma nova legislação ambiental municipal. O Plano Diretor vai se inserir no contexto de uma reforma urbana, que visa a recuperação do espaço da cidade, a partir de novas políticas de ordenamento que tivessem como pressuposto a dissolução dos conflitos sociais e atendesse às reivindicações de muitos movimentos sociais urbanos surgidos durante as décadas anteriores.

O Plano Diretor vai apresentar três aspectos principais: o primeiro é a elaboração de uma planta representando os usos da terra em toda a área do município; o segundo é um plano e um programa de serviços a serem prestados à comunidade pelos órgãos públicos oficiais.; estas duas fases dão origem ao terceiro aspecto que compreende as propostas de ações e ordenamento do espaço urbano.

A inserção das Unidades de Conservação no ordenamento urbano é parte importante a ser discutida na elaboração do Plano Diretor, principalmente na primeira etapa, pois é nesta que são definidas as diferentes áreas que compõem a cidade, dentre elas as áreas residenciais, comerciais, industriais e de lazer. A análise do uso da terra resulta no seu zoneamento, onde são definidas as áreas citadas acima e descritos os instrumentos para implantação, regulamentação e manutenção deste ordenamento. Os espaços “naturais”, ou seja, àqueles que ainda não foram inseridos no processo de expansão urbana, são inseridos na Zona de Preservação e Conservação Ambiental, caracterizada por áreas que não sofreram nenhum tipo de ocupação e ainda resguardam seus aspectos naturais. Estas áreas, de um modo geral, surgem no espaço urbano de forma fragmentada, constituindo-se, de um modo geral, de áreas onde o processo de ocupação urbana foi limitado por algum atributo natural, podendo estar relacionado a encostas muito íngremes ou presença de solos hidromórficos. As expressões mais comuns deste zoneamento são a criação de Áreas de Proteção Ambiental – APA e as Unidades de Conservação.

Estas formas de zoneamento trazem de forma intrínseca o conceito de conservação definido por Diegues (1996) como áreas onde os recursos naturais presentes devem ser manejados visando seu benefício tanto para a geração presente, como para a geração futura.

Assim quando se trata da existência de Unidades de Conservação em áreas urbanas, o processo não pode parar na definição de sua forma, ou seja, dos atributos que dela fazem parte, bem como seus limites, mas também devem estipular as funções a serem exercidas por estes territórios neste espaço urbano. Para Dourojeanni (1997) as Unidades de Conservação inseridas no espaço urbano devem ter um uso direto, ou seja, ter livre acesso aos moradores da cidade, trazendo como benefício a continuidade de sua conservação e uso, estipulando o contato do homem com esta natureza.

O PARQUE DA CIDADE DE NITERÓI – UMA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO ENCLAVADA NO ESPAÇO URBANO

O município de Niterói tem como sítio um relevo acidentado que orientou seu processo de urbanização através das estreitas áreas de planície, localizadas junto ao litoral e ao longo dos rios. Desta forma, foram os ecossistemas de terras baixas de Mata Atlântica que mais sofreram degradação ao longo deste processo. Por localizar-se acima dos 300 metros de altitude, no alto de um maciço costeiro, a área onde hoje se situa o Parque da Cidade conseguiu resguardar um remanescente de Mata Atlântica.

O Parque da Cidade localiza-se no limite das Regiões de Planejamento das Praias da Baía e da Oceânica, compreendendo os bairros de São Francisco, Charitas, Jurujuba, Preventória, pertencentes a primeira Região, e Piratininga, pertencente à segunda Região.

Sua ocupação iniciou-se no século XVII, com a instalação do Forte do Atalaia, no alto do maciço, construído pelos portugueses, que junto com os Fortes de São João e Copacabana, localizados no município do Rio de Janeiro, e Santa Cruz protegiam a entrada e o interior da Baía de Guanabara. O Forte abrigava uma única construção, feita de pedra bruta cimentada com óleo de baleia, onde ficava abrigado o canhão. Após a desativação do forte, no século XIX, a construção foi abandonada, restando apenas suas ruínas. A área foi abandonada pelo exército, o que facilitou a sua regeneração.

No século XX, a abertura da estrada da Viração facilitou o acesso ao alto do maciço e a ocupação do seu entorno. Chegou a ser construído na encosta um hotel, que antes da fase de acabamento teve sua obra paralisada, restando hoje apenas seu esqueleto.

Onde ficava o Forte do Atalaia foi construída uma série de infra-estruturas para visitação pública, na qual se destaca a voltada para a prática de esportes de vôo livre, como a asa delta e o parapente. O Parque conta com duas rampas, uma voltada para a Baía de Guanabara e outra para as Lagoas de Itaipu e Piratininga. A prática deste esporte, junto à paisagem observada a partir do local constituem-se nos principais atrativos desta Unidade de Conservação.

O contato com a natureza é feito através de trilhas existentes em toda a área do Parque da Cidade, podendo ser feito através de caminhadas ou bicicletas, sendo esta última feita com mais dificuldade. O ponto de início das trilhas se encontra junto à rampa de vôo livre voltada para as lagoas, a partir deste ponto, pode-se descer a encosta do morro até alcançar a lagoa de Piratininga.

CONCLUSÃO

As funções presentes nesta Unidade de Conservação ainda são limitadas, tanto no que se refere a participação da população, quanto na elaboração de políticas públicas que visem integrar esta área à dinâmica urbana. Este processo tem trazido como consequência a degradação do remanescente de Mata Atlântica via ocupação das encostas, que varia desde ocupações por condomínios de alto padrão até ocupações de baixa renda.

Para maior conservação desta área, ainda é necessário estimular novas funções, voltadas principalmente para o lazer da população e atividades de educação ambiental e ecoturismo, aproveitando o potencial do lugar. A implementação destas novas funções perpassa a atuação do poder público municipal, responsável por esta área e deve compreender a formulação e o desenvolvimento de políticas públicas, bem como seu plano de manejo, e a implantação de equipamentos e infra-estrutura para atender aos visitantes e estimular o desenvolvimento de novas atividades, sem no entanto colocar em risco seus atributos naturais.

REFERÊNCIAS

- ABREU, M. A. *A Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO/Zahar, 1987.
- ALMEIDA, J. (org.) *Ciências Ambientais*. Rio de Janeiro: Thex, 2002.
- AMADOR, E. *Baía de Guanabara e Ecossistemas Periféricos: homem e natureza*. Rio de Janeiro: Reproarte, 1997.
- BACKER, P. *Gestão Ambiental: a administração verde*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1995.
- CARLOS, A. F. A. *Novos Caminhos da Geografia*. São Paulo: Contexto, 1999.

- CASTRO, I. E; GOMES P. C. C. e CORREA, R. L. (Org.) *Geografia Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1995.
- CENTRO DE INFORMAÇÕES E DADOS DO RIO DE JANEIRO – CIDE, 1998. Índice de Qualidade dos Municípios.
- CENTRO DE INFORMAÇÕES E DADOS DO RIO DE JANEIRO – CIDE, 2002. Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro.
- CORREA, Roberto Lobato. *A Rede Urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- CORREA, Roberto Lobato. *Trajelórias Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1997.
- CORREA, Roberto Lobato. *O Espaço Urbano*. São Paulo: Editora Ática, 4ª Edição, 2003.
- CORREA, Roberto Lobato. *Região e Reorganização Espacial*. São Paulo: Editora Ática, 7ª Edição, 2003.
- DIEGUES, A. C. *O Mito Moderno da Natureza Intocada*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- DOUROJEANNI, M. J. *Mudanças que Impactam as Áreas Protegidas*. In: Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação. Curitiba, 1997.
- FRANCO, RM et al. *Município e Meio Ambiente: perspectivas para a municipalização da gestão ambiental no Brasil*. São Paulo: ANAMA, 1999.
- GONÇALVES, C. W. *Os (des)caminhos do meio ambiente*. São Paulo: Contexto, 1993.
- GRAZIA, G. *O Plano Diretor: instrumento de reforma urbana*. Rio de Janeiro: Frase, 1990.
- HENRIQUE, W. *A natureza nos interstícios do social – uma leitura das idéias de natureza nas obras de Milton Santos*. In: Terra Livre, São Paulo: Ano 19, v.2, n.º 21, p. 249-262.
- JÚNIOR, O. A. S. *Reforma urbana: por um novo modelo de planejamento e gestão das cidades*. São Paulo: Contexto, 1991.
- MOSCOVI, S. *Sociedade contra a natureza*. Rio de Janeiro: Vozes, 1972.
- RIBEIRO, W. C. *A ordem ambiental internacional*. São Paulo: Contexto, 2001.
- SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SANTOS, Milton. *Metamorfoses do Espaço Habitado*. São Paulo: Hucitec, 1997, 5ª ed.
- SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1997.
- SOUZA, M. A. (org.) *Natureza e sociedade de hoje: uma leitura geográfica*. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 2002.
- SPOSITO; Maria da Encarnação Beltrão. *A urbanização da sociedade: reflexões para um debate sobre as novas formas espaciais*. In: DAMIANI, Amélia Luisa, CARLOS, Ana Fani Alessandri; SEABRA, Odette Carvalho de Lima. (Orgs.) *O espaço no fim do século: a nova realidade*. 2.ed. Sao Paulo: Contexto, 2001.
- WEHRS, C. *Niterói – cidade sorriso: a história de um lugar*. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.